



Universidade: presente!



XXXI SIC

21.25. OUTUBRO • CAMPUS DO VALE

Caracterização de estratégias para qualificação da Assistência Farmacêutica em municípios do Rio Grande do Sul

Júlia Werner Vieira¹, Isabela Heineck²

¹ Faculdade de Farmácia - UFRGS

INTRODUÇÃO

A Assistência Farmacêutica (AF) é parte integrante de um conjunto de práticas voltadas para a promoção, prevenção e recuperação de saúde.¹ Com a descentralização da gestão da AF, os municípios assumem uma parcela de ações e responsabilidades, exigindo capacitação técnica, gerencial, científica e política na área.² Entretanto, as condições da AF nos municípios brasileiros ainda estão bem distantes daquelas necessárias para que estes assumam suas funções de executores desta política com eficiência para gerar impacto significativo ao sistema de saúde. Dentre as estratégias que permitem qualificar a AF, estão a elaboração da Política Municipal de Assistência Farmacêutica, a atuação da Comissão de Farmácia e Terapêutica (CFT) e a elaboração da Relação Municipal de Medicamentos. A REMUME define a lista de medicamentos disponíveis nas farmácias públicas de cada município, sendo esta periodicamente atualizada pela CFT. Juntamente com estas, a Política Municipal de Assistência Farmacêutica existe para orientar ações que envolvam acesso aos medicamentos e cuidado farmacêutico.

OBJETIVO

Descrever a utilização das três estratégias de qualificação da Assistência Farmacêutica em municípios do Rio Grande do Sul, sendo estas a elaboração da Política Municipal de Assistência Farmacêutica, a atuação da Comissão de Farmácia e Terapêutica e a elaboração da Relação Municipal de Medicamentos.

MATERIAIS E MÉTODOS

Foram incluídos os 18 municípios sede das Coordenadorias Regionais de Saúde da Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul e outros municípios com mais de 100 mil habitantes, resultando em um total de 29 municípios. A metodologia utilizada compreende a busca de informações nas páginas eletrônicas das secretarias de saúde dos municípios e posteriormente busca eletrônica geral.



Figura 1 – Municípios participantes do estudos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentre os 29 municípios incluídos no estudo, 11 possuem a Relação Municipal de Medicamentos disponível na página eletrônica da Secretaria de Saúde. Este número reduz quando verifica-se a disponibilidade dos documentos relativos a Comissão de Farmácia e Terapêutica e da Política Municipal de Assistência Farmacêutica, resultando em 8 e 2 municípios, respectivamente. Dentre as Relações Municipais de Medicamentos encontradas, verificou-se uma inexistência de padrão na forma de apresentar as informações. Dentre os municípios que apresentam suas CFTs, somente 1 município apresenta os critérios de seleção de medicamentos e formulário para outros profissionais de saúde e comunidade sugerirem alterações.

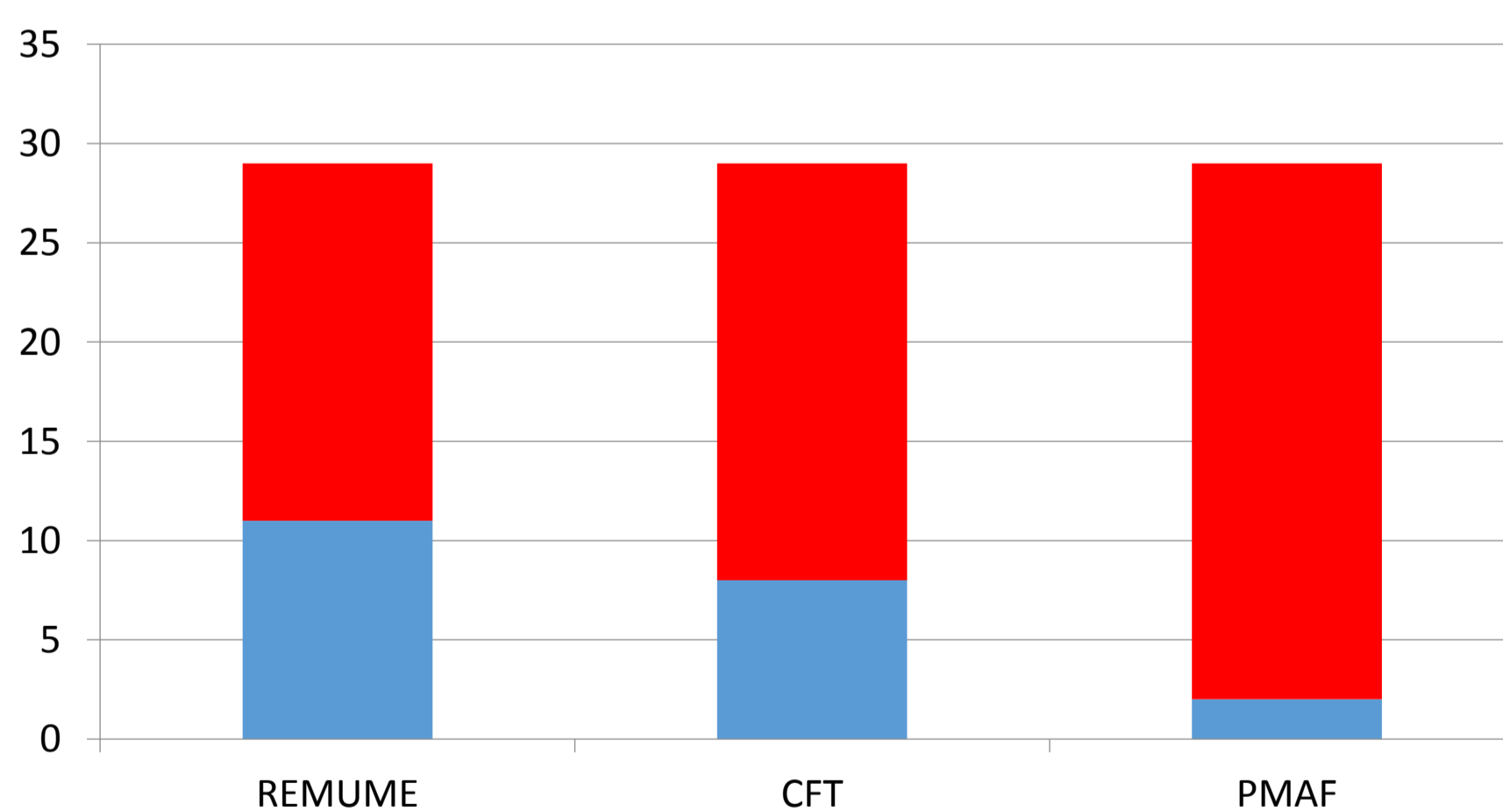


Figura 2 – Gráfico apresentando a quantidade de municípios que possuem (azul) e não possuem (vermelho) REMUME, CFT e PMAF publicada em páginas eletrônicas.

CONCLUSÕES

A partir das três estratégias de qualificação da Assistência Farmacêutica, percebe-se que foram encontradas dificuldades de acesso às informações mínimas nas páginas eletrônicas dos municípios, impossibilitando processos de monitoramento e avaliação da efetividade das Políticas Públicas de medicamentos e da AF. Assim, torna-se fundamental a elaboração de instrumentos que permitam o conhecimento detalhado da AF municipal, tanto para um diagnóstico inicial quanto para um acompanhamento longitudinal. A importância da existência e divulgação de informações sobre estas estratégias está relacionada com a transparência e com a possibilidade de participação de profissionais de saúde e comunidade no processo de elaboração das REMUMEs. Isso colabora para a redução da judicialização de medicamentos e aprimora os processos relacionados ao uso racional de medicamentos.

REFERÊNCIAS

1. Ministério da Saúde. Portaria n 388, de 06 de maio de 2004. Aprova a Política Nacional de Assistência Farmacêutica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 mai. 2004.
2. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Assistência Farmacêutica no SUS – 1a edição. Brasília, DF, 2007.

APOIO

